

## Apresentação do dossiê *Catolicismo na Época Moderna: cultura, sociabilidades e territórios*

ADÉLIO FERNANDO ABREU\* | LUÍS LEAL\*\*



\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

<http://orcid.org/0000-0001-6626-0559>  
afabreu@ucp.pt

\*\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

<http://orcid.org/0000-0002-9938-2939>  
lleal@ucp.pt

Sob o título *Catolicismo na Época Moderna: cultura, sociabilidades e territórios* reúnem-se no dossiê deste tomo da revista *Lusitania Sacra* um conjunto de textos diversos cuja entrega para publicação não resultou de uma chamada subordinada a um tema previamente definido. A abrangência do título serve, pois, o enquadramento temático de artigos propostos para publicação, que versam globalmente sobre o catolicismo em Portugal ou em áreas tuteladas pela coroa portuguesa, entre o século XVI e o século XVIII. Abordam a implantação da Igreja e a sua organização territorial, formas de sociabilidade na atenção a distintos matizes espirituais, quadros eclesiais comprometidos na vida pastoral, assim como manifestações materiais que corporizam a matriz religiosa da cultura.

A época moderna testemunha a perda de influência do catolicismo romano em significativas áreas geográficas da Europa, em consequência da fragmentação confessional que a Reforma protestante lhe aportou. Ao mesmo tempo, abrindo-se os mares, com a expansão ultramarina desenvolvida primeiramente pelos reinos ibéricos, que transfere do Mediterrâneo para o Atlântico, e depois para o Índico e para o Pacífico, os interesses marítimos dos povos europeus, novas áreas do globo se abrem à fé católica, transportada nas caravelas hispânicas. O padroado, concedido pelo papado e tutelado pelas coroas ibéricas, concretizou um regime de cristianização que uniu, com virtualidades e limites, política e religião. A abertura a outras geografias não se fez, todavia, abruptamente. A primeira expansão portuguesa no século XV no Norte de África, território de fé islâmica, desenvolveu-se em correspondência ao espírito cruzado que tinha animado a reconquista, que, encerrada

para o território continental português no século XIII, ainda subsistiu na península até finais do século XV.

Assim se estabeleceu e foi resistindo o catolicismo no Norte de África, como detalha o estudo de Daniel Norte Giebels sobre a atuação da Igreja diocesana no quadro das fortalezas portuguesas do Magrebe, designadamente em Ceuta, Tânger, Mazagão e Arzila, entre 1541 e 1769. Socorrendo-se de fontes régias, eclesiásticas e inquisitoriais, o autor estuda a organização diocesana, as suas estruturas, as relações entre os poderes locais, assim como a atividade da Igreja. Procura responder a diversas questões, como o âmbito de reporte das estruturas do Mazagão, o impacto da união das dioceses de Ceuta e de Tânger na gestão do espaço diocesano, a circularidade de pessoas entre as estruturas eclesiásticas das várias praças e o contributo da presença de prelados para a afirmação da Igreja perante o poder dos capitães. Para lá dos dados concretos, que permitem, consoante os casos, responder ou problematizar as questões levantadas, ficam claros os limites da implantação católica naquelas paragens, designadamente num contexto de fronteiras diocesanas voláteis, de dificuldades de comunicação entre fortalezas e de escassez de recursos humanos, materiais e financeiros, tornando-se evidente que a Igreja nem sempre se conseguiu afirmar face ao poder político local.

A presença e a atividade portuguesas expandiram-se progressivamente ao longo da costa africana, tendo resultado na chegada a Portugal ou à América de numerosos escravos negros reunidos ao longo da costa africana. Em território português, juntaram-se aos escravos oriundos do Norte de África, da Europa e do reino de Granada, tornando-se predominantes a partir do século XVI, designadamente no Algarve, no Alentejo e na região de Lisboa. Esta presença proporcionou formas de sociabilidade, como as irmandades de negros, tanto escravos como libertos, que concretizaram para eles formas de organização social e religiosa, aliás comuns a outros grupos sociais e ao conjunto da população, na expressão de dinâmicas eclesiais de base, antes mesmo das linhas mais afirmativas da reforma tridentina. A investigação de Jorge Fonseca permite-nos conhecer a Confraria do Rosário de Óbidos no século XVI. O autor contextualizou-a entre aquelas que foram surgindo por iniciativa de negros ou de brancos, abertas a uns e a outros, sob o patronato da Senhora do Rosário e o apoio da Ordem dominicana. Tinham por objetivo a promoção da devoção mariana, o convívio entre os irmãos e a afirmação dos negros nas comunidades em que viviam, não excluindo a via da respetiva alforria. Tendo por base uma fonte arquivística alusiva à Confraria do Rosário de Óbidos, o texto estuda a instituição, tida por modelar em relação a outras congéneres, no que respeita à composição, evolução, organização e fontes de financiamento, evidenciando que resultou da iniciativa de brancos que atraíam escravos e negros a uma irmandade que aqueles tutelavam e em que eram maioritários. Assinalando o

peso demográfico da confraria, o autor apresenta-a como instância privilegiada de integração dos escravos africanos e dos seus descendentes na sociedade portuguesa, paralelamente a outras formas de integração como a doutrinação, a imposição de práticas sacramentais e o cruzamento de sangue entre negros e mulheres brancas.

Ao percurso pela costa africana e à navegação pelas águas do Índico, juntou-se a chegada dos portugueses ao Brasil, onde também promoveram a *implantatio ecclesiae*, num processo que convergiu na criação da diocese de São Salvador da Baía em 1551, no contexto da reorganização político-administrativa do Brasil, com o estabelecimento de um governo-geral. A circunscrição diocesana brasileira demoraria a multiplicar-se, realidade só ocorrida em 1676 com a elevação da Baía a metrópole e a criação de novas dioceses que dela foram sufragâneas. É nesta condição que a encontramos no século XVIII, no período estudado por João Nunes, que atende ao ordenamento do território e à caracterização da sua população, às competências dos órgãos e agentes da administração central e periférica, assim como à definição da rede paroquial, em perspetiva comparada com as dioceses do reino. O autor delimita o território diocesano, decorrente de uma lenta definição de fronteiras, e apresenta o crescimento demográfico setecentista, resultante do aumento dos autóctones, mas também da chegada maioritariamente de escravos africanos. Também analisa a administração central, composta por instâncias de cariz pastoral, administrativo e judicial, compatíveis com as exigências mais complexas de uma arquidiocese, assim como os eclesiásticos ao seu serviço, frequentemente em regime de acumulação de funções, dados os baixos rendimentos, comparativamente aos atribuídos a cargos semelhantes nas dioceses de aquém-mar. Depois de examinar as circunscrições intermédias, criadas por razões de demografia, de ordenamento territorial, mas também de disciplinamento e controlo social, o texto detém-se no desenvolvimento da malha paroquial, em função do número de fiéis e do acesso aos sacramentos por parte dos que se encontravam mais isolados, não deixando de considerar a tipologia das paróquias e as constantes e especificidades dos seus oragos.

O desenvolvimento do catolicismo no Brasil ficou assinalado também pela ação dos agentes pastorais, designadamente os religiosos, que ritmaram a evangelização do território, a partir do momento em que os jesuítas nele desembarcaram em 1549. Outras ordens e congregações chegariam décadas depois, a começar pelos carmelitas em 1580, para fundarem o primeiro convento em Olinda, concretizado anos depois. William de Souza Martins percorre sumariamente o processo de difusão e organização da Ordem carmelita de observância no Brasil, designadamente a chegada da Reforma turónica de estrita observância ao Recife na segunda metade do século XVII e o seu progressivo percurso de autonomização. Também estuda a fundação da Ordem terceira no mesmo local, em finais do século, evidenciando o influxo da espiritualidade carmelita sobre o mundo secular, para partir para a

análise dos conflitos entre os religiosos e os irmãos terceiros na década de 1740, a propósito do uso da primeira capela de exercícios da associação, que evidenciou a dependência espiritual e jurídica em vigor. A partir da década de 1770, a diatribe consubstanciou-se num processo de enfraquecimento da autoridade dos religiosos, embora acompanhado de um abaixamento na qualidade dos perfis dos terceiros, no seguimento da intervenção episcopal sobre a Reforma de Pernambuco, que permitiu mitigar as relações de subordinação dos irmãos e fortalecer a sua autonomia, sem nunca se dar uma separação.

Atravessando o Atlântico, mas não prescindindo de estudar os agentes pastorais, agora no que respeita ao clero secular, o presente dossiê integra um texto de Fernando de Sousa, Ricardo Rocha, Diogo Ferreira e Paulo Amorim, que caracteriza o clero paroquial e os eclesiásticos que serviam religiosamente os fiéis locais a norte do rio Douro em 1794. A partir sobretudo dos dados dos censos da época, menciona o seu número, a sua origem geográfica e social, a sua distribuição etária e os rendimentos auferidos, tanto quanto possível num quadro comparativo com as dioceses de Beja e do Algarve. O estudo constata a existência a norte de um clero secular abundante e predominante jovem, oriundo sobretudo da pequena e média burguesia rural, denotando na opção eclesiástica razões de cariz religioso ou de prestígio social e não propriamente aspirações de natureza económica. A distribuição do clero cobria todo o território, e a sua proveniência era geograficamente interna às dioceses. Comparativamente, a sul o contingente clerical era menos numeroso e de índole urbana, tanto no recrutamento como na distribuição, encontrando-se as populações rurais mais carentes de assistência religiosa.

De análoga feição caracterizadora, ainda que sobre um objeto distinto, se reveste o estudo de Rosa María Sánchez Sánchez sobre o catálogo da biblioteca do Convento das Carmelitas Descalças de Santo Alberto, em Lisboa, elaborado em correspondência aos ditames da Real Mesa Censória, em contexto pombalino, e conservado na Biblioteca Nacional de Portugal. A investigação empreendida dá-nos conta de uma biblioteca pequena entre as conventuais, mas mais significativa se considerada no universo das femininas, constituída sobretudo por livros de pequeno tamanho e impressos no século XVIII, de origem ibérica, maioritariamente escritos em português e castelhano, a confirmar porventura a origem castelhana ou andaluza das religiosas. Trata-se de uma biblioteca composta quase exclusivamente por livros de teor religioso, com reduzida presença de temática profana e total ausência de matéria científica, da autoria sobretudo de carmelitas e jesuítas. Mesmo sem o contacto com a biblioteca materialmente reunida, o artigo evidencia o quanto o catálogo estudado permite conhecer os interesses culturais e espirituais de uma casa conventual setecentista em Lisboa.

Dos livros passamos à azulejaria enquanto expressão da cultura e da mensagem cristãs, através do estudo que Filipa Araújo realiza dos painéis de azulejos da capela da Ordem Terceira de São Francisco em Coimbra, produzidos em contexto barroco, com episódios da biografia do santo de Assis, que refletem as suas *Florinhas*, obra que terá circulado entre os fiéis do século XVIII. A investigação apresentada incide sobretudo nos azulejos do corpo e da capela-mor, de fabrico lisboeta, datados do terceiro quartel do século XVIII, alargando a abordagem na parte final aos da sacristia, produzidos nas oficinas conimbricenses por um autor desconhecido, provavelmente no último quartel do século. Sublinhando o contraste entre a mensagem edificante alusiva à pobreza de Francisco e a ostentação barroca das representações iconográficas das cenas da sua vida, a autora conclui que «o paradigma da linguagem logo-icónica continuou a inspirar a produção azulejar até ao último quartel do século XVIII» (cf. p. 178), exigindo atenção à relação entre texto e imagem.

Entre Portugal, o Norte de África e o Brasil, na atenção às estruturas eclesíásticas, aos religiosos, às ordens terceiras e ao clero secular, considerando expressões da fé católica no domínio dos livros e da azulejaria: assim se compõe e compreende o presente dossiê da revista *Lusitania Sacra*, dedicado ao *Catolicismo na Época Moderna: cultura, sociabilidades e territórios*. Na diversidade dos seus textos e da investigação que os suporta, concretiza sem exaustividade algumas temáticas que propiciam o conhecimento do catolicismo entre o século XVI e o século XVIII em Portugal e em espaços de influência portuguesa, enquanto contribui porventura para a formulação de novas vias de investigação que darão continuidade à produção historiográfica.